

A CIDADE QUE PERCEBO E A CIDADE QUE IMAGINO: AS TERRITORIALIDADES NO URBANO SEMIÁRIDO APREENDIDAS PELO PROJETO CONVIVERDE

Luzineide Dourado Carvalho¹

Universidade do Estado da Bahia - UNEB/DCHIII/NEPEC-SAB.
ldcarvalho@uneb.br

Resumo:

O trabalho apresenta o projeto de pesquisa CONVIVERDE², e suas ações em verde urbano para problematizar, refletir e agir com as territorialidades no conviver com as cidades médias do Semiárido, bem como, apreender os significados simbólico-culturais que os sujeitos constroem sobre o viver e o conviver no urbano, no contexto de Semiárido Brasileiro³. Este estudo é parte do subprojeto “Conviverde nas Escolas: Práticas em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, o qual segue o viés interdisciplinar, inserindo as abordagens da Geografia Cultural-Humanista para apreender os sentidos de territorialidade sertaneja e do espaço vivido; da Arquitetura e Urbanismo, o qual tematiza as questões do conforto ambiental e da sustentabilidade urbana; E, da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB), a qual elenca os fundamentos do pensamento complexo e decolonial como formas dos sujeitos do processo educativo contextualizarem o ensino e a aprendizagem. O projeto se realizou de 2014 a 2016, atuando em 5 escolas públicas municipais de Juazeiro, envolvendo alunos do 2^a ao 5^o anos, por meio de oficinas de desenhos e de mapas mentais. Apreendeu-se que as percepções do espaço vivido pela criança moradora do meio urbano revelam o Semiárido como um contexto distante e desconhecido, e que a cidade imaginada por elas, demonstra o tanto que desejam Juazeiro como cidade sustentável, que a mesma seja mais verde, mais acolhedora da infância e mais dialógica entre moradores, espaços de lazer e meio ambiente.

Palavras-Chave: Verde Urbano. Territorialidades. Semiárido Brasileiro.

¹ Dr^a em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro. Profa. Assistente da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus III; Docente do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

² Programa de Redes Ambientais para Construção do Sistema do Verde Urbano e Mobilidade Sustentável na Cidade de Juazeiro- Bahia: Um Processo Participativo de Ações Contextualizadas para Convivência com o Semiárido Baiano’, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (NEPEC-SAB), da Universidade do Estado da BAHIA/Departamento de Ciências Humanas, Campus III (UNEB/DCHIII), em parceria com o Laboratório de Conforto Ambiental da Escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (LACAM/EAU/UFBA) e apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Edital 008/2012 para apoio a projetos de pesquisa e articulação em rede para o Semiárido baiano, projeto n^o 4967.

³ Semiárido Brasileiro é uma convenção da UNCCD/ONU para designar as áreas susceptíveis aos processos de desertificação, secas e degradação das terras, no Brasil. Compreende 11 estados brasileiros, sendo estes: Bahia, Ceará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. Corresponde aos 1.488 municípios classificados como semiáridos, subsumidos secos e de área de entorno (nota da autora).

Introdução

A relação externalizada com a natureza, uma das bases da concepção moderna de natureza transformou o homem em um ser antropocêntrico, além de impor à natureza um ritmo de velocidade de utilização e de utilidade dos recursos naturais jamais posto por outras sociedade (Floriani, 2008). Esta relação sociedade e natureza, nas dimensões do Semiárido Brasileiro (SAB), não tem sido diferente, pois nele também se atravessam o paradigma dominante que tem direcionado a humanidade nos últimos séculos por meio de suas bases deterministas, mecanicistas e reducionistas de ver e sentir a realidade, como afirma Boaventura de Souza Santos (2006).

Morin (2005) analisa que o sistema-mundo moderno construiu as estruturas do conhecimento atual, que é baseado na ciência dura e distanciou o homem da natureza. No entanto, o século XXI, a humanidade cada vez mais questiona tais paradigmas e busca mudanças na percepção e na concepção de um novo/outro sistema-mundo, mais dialógico, mais contextual e mais relacional com os ecossistemas socioambientais. E apreender que “a concepção de uma natureza de complexa organização postula que há uma interação entre seres físicos e antropossociais” (p.179).

Deste modo, ao tratar-se das questões ambientais do Semiárido, temos que dimensionar este território dentro de uma totalidade, e não em partes, como faz o paradigma positivista-cartesiano, mas vendo-o de forma complexa e relacional, no qual o urbano e o rural são partes que se dialogam e se comunicam em diferentes dimensões, sejam econômicas, produtivas, socioculturais e ambientais.

O Semiárido Brasileiro é um ecossistema ambiental susceptível às secas, à degradação das terras e ao processo de desertificação, sendo, portanto, definido pela Convenção Mundial de Combate à Desertificação (UNCCD ou CCD) como parte das “Áreas Susceptíveis à Desertificação” (ASD) do mundo, as chamadas ‘terras secas’ (MMA/SRH, 2004, p.16).

Outra característica do semiárido é a predominância da vegetação de Caatinga, reconhecido desde 2004 como um Bioma. Com rica biodiversidade, dotado de espécies da fauna e flora de caráter endêmico, este Bioma é exclusivamente brasileiro. No entanto, o Semiárido é concebido como lugar de repulsa, de estranhamento, de hostilidade, cuja presença da Caatinga e das secas, marca a literatura, os discursos, as imagens cinematográficas, músicas etc. Portanto, um ambiente tomado como hostil e ao ser incorporado à nação brasileira em seu estado nascente como sertão, foi se caracterizando como um lugar habitado por sobreviventes,

precariamente, os catingueiros, apáticos e engessados às agruras da natureza (CARVALHO, 2012).

O Semiárido tem sido também compreendido por um território rural, e esta interpretação nega a dinâmica urbana que este tem galgado nas últimas décadas. Postula-se no Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD), que:

Analisando o comportamento da população das ASD entre os anos de 1991 e 2000 verifica-se que, em regra geral, este extrato populacional diminuiu consideravelmente. Apenas nos Estados de Alagoas e Sergipe, e em alguns poucos municípios das ASD, registram-se taxas de crescimento populacional positivas. Em 72,6% dos municípios houve redução da população na zona rural. Em todas as ASD, mais de um milhão de pessoas deixou o campo no período de 1991/2000 (BRASIL, 2007, p.57).

Este dado reafirma que a tendência do Brasil das últimas décadas, uma redução da população rural, que no Semiárido este comportamento por sua vez, deve ser analisado considerando que a maior parte dos seus municípios guardam características de cidades rurais, como define Abramovay (2003) para cidades de até 50 mil habitantes, mas que têm a maior parte da população vivendo na zona rural. Deste modo, a redução da população rural do Semiárido deve-se ao crescimento e à concentração urbana da população de algumas cidades, como exemplo, Juazeiro e Petrolina. Segundo o Atlas das ASD (BRASIL, 2007, p.58):

Analisando a tendência populacional urbana nas ASD entre os anos de 1991 e 2000 verificou-se que a taxa de crescimento deste extrato foi positiva na maioria dos municípios estudados na área total, o crescimento médio anual foi de 2,5%. A concentração nas cidades também aumentou neste período. Em 1991, a taxa de urbanização foi de 54,7% enquanto que em 2000 subiu para 62,4%. Apesar desse aumento, a região ainda é uma das menos urbanizadas do país. A taxa de urbanização nacional em 2000 era de 82%.

O SAB é considerado dentro das 'terras secas', o mais populoso do mundo (BRASIL, 2007). E, deste modo, faz-se necessário avançar em políticas públicas sociais que atendam a crescente demanda de sua população rural e urbana. Se este território cada vez mais se torna urbano, por sua vez, o crescimento desordenado cria iniquidades e problemas ambientais urbanos, que crescem em proporções elevadas: A ausência de coleta seletiva, a rede hidrográfica poluída, arborização ausente ou descontextualizada, ausência ou insuficiente saneamento e tantos outros problemas. Associado a este (des) contexto, o habitante da cidade do Semiárido desconhece as peculiaridades do seu território, e se desconhece como sujeito do mesmo, revelando a fragilidade na construção de sua territorialidade como expressão de pertencimento. Como nos diz Bonnemaïson (2002), os homens podem ligar-se ou excluir-se de seu território por meio da maior ou menos intensidade de sua territorialidade.

Deste modo, viver e conviver no urbano do Semiárido é também uma questão que transversaliza os processos educativos, pois uma educação que não tematiza as questões de seu território favorece a manutenção dos estigmas e negatividades do SAB como ‘território da seca, da fome e da pobreza’ (CARVALHO, 2012).

Tais questões são muito graves ao situarmos a posição relevante desta cidade dentro do contexto Semiárido. Juazeiro compõe com o município de Petrolina (PE), um importante polo de agroindústria do Vale do São Francisco, e por sua vez, um centro estratégico de desenvolvimento territorial do Semiárido Brasileiro, que juntos com as adjacências constituem-se em verdadeiros centros de desenvolvimento e movimentação econômica dentro desse território. Apesar deste avanço regional, os desafios a serem enfrentados são de cunho econômico, coordenação institucional e estabelecimento de parcerias, sociocultural e político e essencialmente educacional.

Nesse aspecto, necessário se faz pensar o desenvolvimento local e territorial deste município fundamentado na Convivência com o Semiárido Brasileiro, uma vez que Juazeiro e sua vizinha Petrolina formam um polo com um conjunto de Universidades com infraestrutura favorável à realização de atividades de pesquisa e estudos constituindo-se em uma grande oportunidade para que a ciência, a academia, associada as redes de instituições públicas e da sociedade civil, possam, em conjunto, buscar a reflexão e a ação das problemáticas locais e territoriais, de todas as ordens, muitas derivadas desse próprio modelo agroexportador, desigual e degradador que predomina no Vale do São Francisco.

Diante do exposto, o projeto de pesquisa CONVIVERDE, surgiu em 2012 a partir da submissão e aprovação no Edital 008/2012, da FAPESB, para apoiar projetos de pesquisa e articulação em rede para o Semiárido baiano, e dentro das ações do NEPEC-SAB se articula com o LACAM/UFBA⁴, juntos passam a coordenar o projeto, tendo como meta, criar uma Rede Ambiental para o Verde Urbano e a Mobilidade Sustentável em Juazeiro.

O projeto objetiva analisar o sistema de relações existentes entre o meio ambiente Semiárido e as cidades médias, buscando investigar como o crescimento urbano acelerado de tais cidades tem disposto o uso e a apropriação dos espaços urbanos impactando a qualidade do ambiente e da vida dos seus habitantes, e também apreender como os sujeitos cidadãos, estabelecem ou não, a valorização, preservação e conservação do patrimônio natural, social e simbólico-cultural desses municípios semiáridos. Foi selecionada a cidade de Juazeiro (BA), para o

⁴ Laboratório de Conforto Ambiental, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, coordenado pela Profa. Dra. Maria Lucia de Araújo Carvalho.

estudo de caso. Com uma visão multidimensional e complexa do fenômeno em estudo, o CONVIVERDE atua com cinco subprojetos, a saber: Áreas verdes urbanas; Mobilidade sustentável; Microclima Urbano; Memória e Cidade; Conviverde nas Escolas: Práticas em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.

Nesse último subprojeto, que se desejou dimensionar o viés da Educação Contextualizada como base teórico-metodológica orientadora das ações nas oficinas de percepção espacial com as turmas do 2º ao 5º anos, de cinco escolas públicas municipais, parceiras: Pró-Menor, Carmem Costa, Ludogero, Dr. José Araújo, Leopoldina Leal e Haydée Fonseca.

Acredita-se que no processo de formação da Rede Ambiental, meta principal do CONVIVERDE, a ação educativa contextualizada possibilitará gerar um processo participativo para ações de articulação e de mobilização dos atores sociais para debater sobre as problemáticas ambientais urbanas em condições semiáridas e encontrar soluções prudentes e orientadas para as questões ambientais da cidade de Juazeiro, agregando pesquisas e ações coletivas e, desse modo, construir parâmetros de qualidade urbana para uma cidade sustentável.

Método e Metodologia:

A intenção desta pesquisa foi aprender as percepções dos sujeitos sociais no contexto urbano do Semiárido Brasileiro, e, especificamente, tomando como fenômeno, quem é a cidade de Juazeiro BA no imaginário das crianças e adolescentes que habitam seu espaço urbano. Segundo Carvalho (2010) é por meio dos fenômenos que se pode ir até as bases fundadoras das significações de hostilidade, das falas instituídas sobre a semiaridez (natureza, o território Semiárido e suas gentes) conotadas de estereotipia, dominação e externalidade.

Deste modo, elencamos a fenomenologia como método, permitiu-nos observar qual a relação travadas pelos alunos, crianças e pré-adolescentes, com sua cidade, e assim, compreender como essas percebem sua existência no mundo, que é também do Semiárido Brasileiro, a partir do seu ambiente urbano.

A fenomenologia possibilita apresentar o vivido, o sentido, a percepção dos sujeitos e suas formas de compreender o mundo e o próprio homem. Nesta compreensão é que Morin (2005) defende que a relação simbólica e afetiva dos homens no seu mundo vivido é dimensionando pela e a partir da complexidade. Deste modo, ao buscarmos compreender o que é espaço urbano da cidade de Juazeiro no imaginário das crianças, significou que elegemos um objeto fenomenologicamente determinado no espaço geográfico e que, portanto, nossa intenção foi

aprender a geografia vivida destes sujeitos aprendentes, como diz Holzer (2003), é explorar o mundo e as ligações de cada homem com a terra nativa.

Pautou-se em alguns autores que abordam o espaço vivido, percebido e concebido. Um deles foi Tuan (1983), considerando que este geógrafo da percepção, desenvolveu uma análise sobre espaço e lugar, na perspectiva da experiência que as pessoas vivenciam em determinado local. Para ele, o que começa como espaço indiferente transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor, em suma, que o experienciamos. Segundo este teórico, a experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual mediada por símbolos. Para ele, podemos conhecer nossa casa intimamente, mas podemos apenas conhecer algo sobre o nosso país se ele é muito grande.

Outro teórico foi Holzer, que compreende que a valorização do indivíduo e da espacialidade humana, mostram-se caminhos para evidenciar as suas geograficidades. Como diz Holzer (1997, p.12) é preciso “uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva”. Tal afirmação nos possibilitou trilhar pela Geografia Cultural-Humanista como forma de dar uma contribuição de um estudo pautado entre a Geografia e à Educação, por meio do método fenomenológico.

A Inserção da Ação Educativa Contextualizada: O CONVIVERDE nas Escolas

A pesquisa elencou as diretrizes da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido como elemento fundante de toda a ação educativa, considerando sua dimensão complexa para gerar conhecimento contextualizado sobre a natureza, a sociedade e o território Semiárido, focando a vida, a produção e a cultura de seus contextos.

O Projeto optou pelo itinerário interdisciplinar, inserindo as abordagens da Geografia Cultural-Humanista, aprendendo os sentidos de territorialidade sertaneja e do espaço vivido; da Arquitetura e Urbanismo sustentável, considerando os pressupostos do Conforto Ambiental e do Verde Urbano; E, com a Educação Contextualizada, elencando a construção do pensamento complexo pelos sujeitos do processo educativo.

O Projeto atuou com alunos e professores de cinco escolas públicas municipais de Juazeiro, de 2013 a 2015, e a partir de oficinas de desenhos e mapas mentais com as crianças e com cursos de extensão, encontros e assessoria pedagógica com os docentes e gestores das escolas-parceiras.

1ª Oficina: A Percepção Espacial sobre Juazeiro (A cidade que percebe)

Com o objetivo de identificar as representações sócioespaciais que as crianças têm sobre o espaço e a natureza da cidade de Juazeiro, foi realizada a Oficina de percepção ambiental sobre o urbano dessa cidade, o que concebem como espaço percebido e vivido. Deste modo, usamos a técnica do desenho infantil para expressar a imagem que as crianças representam os elementos da natureza (ex. a vegetação ou a água) presentes no espaço urbano de Juazeiro.

O desenho assumiu uma importância fundamental enquanto instrumento de expressão, que possibilitou a criança expor no papel a análise crítica do mundo e da sociedade que o envolve, ou o exclui enquanto sujeito de direito à cidade que na qual vive. Segundo Leite (1998, p.140), “a criança pinta e desenha o que sente ou sabe que existe, mesmo que não seja o que é possível ver”.

Como resultados desta primeira fase do Subprojeto, as crianças tomaram como essencial os conteúdos das imagens e não a forma, porém cada linha ou superfície desenhada pode comunicar algo de significativo para quem analisou. Nesse sentido:

O desenho como texto da realidade estará marcado pelas presenças e ausências das referências no trajeto, pelas regras sociais traduzidas no desenho (linhas pontilhadas nas ruas, estradas e sinais) e na representação figurativa da violência, da poluição, etc. (PONTUSCHKA et al., 2009, p.295).

Entre as figuras representadas pela maioria dos alunos, identificamos a forte presença do rio São Francisco, da ponte Presidente Dutra (ligação entre BA e PE), das estátuas localizadas no Rio São Francisco (o Nego d’Água e a sereia), da orla fluvial de Juazeiro com seus barcos e do Vaporzinho Alm. Saldanha, além de algumas Carrancas. A vegetação presente na cidade foi representada pelo Juazeiro, considerado por muitas crianças o símbolo da cidade. No entanto, o verde urbano teve forte presença de árvores exóticas que dominam a paisagem, como exemplo, o *Ficus* ou de algumas não existentes na paisagem, mas na memória visual, tais como: morango e maçã. De modo geral, o rio São Francisco foi muito presente nos desenhos, mas somente com a presença de água, peixes, pássaros, sol, nuvens e arco-íris.

2ª Oficina: Juazeiro que te quero verde (A cidade que imagino)

Na segunda Oficina de percepção ambiental denominada de “Juazeiro, te quero verde”, foi desenvolvida a técnica de desenhos, os quais retrataram as percepções sobre uma cidade sustentável, um espaço imaginado ou “a cidade que imagino”. O que se desejou com esta oficina foi justamente identificar que relações de pertencimento e de sustentabilidade que as crianças estão produzindo com sua cidade, num contexto de inclusão ou de exclusão com seus sonhos e imaginários de um lugar bom para se viver.

Os desenhos revelaram uma Juazeiro cheia de contradições nas quais estes sujeitos desejam um lugar que lhe permitam ser crianças, com direitos ao lazer, à escola, à qualidade de vida e que possam se mover e sentir-se protegidos entre o verde.

Com base neste itinerário conceitual, buscamos tomar como conceito-chave, o lugar, uma vez que por este podemos avaliar o grau de sensação que abrange os sentidos mais diretos e passivos (olfato, paladar, tato, audição) e, através de sua apreensão, como o indivíduo / grupo, sente-se pertencente e realiza a própria vivência / experiência. Nesse caso, o lugar não pode ser conhecido em sua essência, e sim, a percepção visual e ativa do que ele é para o sujeito, como este o vê, pensa, sente e o entende.

Também foram critérios para selecionar os desenhos, o sentido de textura, dimensão, altura e a ideia de movimento; A observação da quantidade de cores, tons e elementos (isso mostra se eles têm um acervo imagético maior ou menor); se elas têm em vista a intenção, direção do desenho e se foi cumprida a intenção/técnica pedida (trajeto casa – escola), no caso, quem é a Juazeiro verde que desejam.

Foram feitas as observações dos movimentos, se estes eram bidimensionais ou tridimensionais; se fechavam os círculos e como desenharam os badamecos (que são as primeiras figuras humanas); o que apresentaram de possibilidades técnicas (domínio motor, proporção, profundidade, perspectiva, luz e sombra); avaliação se os alunos sabiam medir distância; e, até onde contextualizavam a história do lugar onde vivem e revelavam e narravam suas histórias, suas opiniões e percepções. Enfim, se procuraram em seus desenhos, expressar a forma de pensar e agir no mundo, a partir do seu contexto.

Com os cinco desenhos por turma, ao todo agora, (25) vinte e cinco desenhos, passamos para uma seleção mais rigorosa dos critérios, e selecionamos (01) um desenho por turma, de forma que ficaram apenas (10) desenhos para realizarmos uma interpretação mais profunda. Nesta segunda etapa, usamos como método, a Arteterapia. Usamos a linha trabalhada por Rabello (2014), que são:

1ª - Incapacidade sintética: Nessa etapa, não há noção de grandeza nem constância de tamanho. As crianças apresentam formas com alguma diferenciação: as figuras são compostas de cabeça, braço que saem dela, podendo, às vezes estarem dispostos os dois braços de um só lado do corpo.

2ª- Realismo intelectual: Acontece entre quatro e dez anos de idade, na qual começa surgir o espaço perceptível, mas ainda não há o espaço topológico. Os desenhos não apresentam

perspectivas, mas existe uma estrutura métrica iniciante, fazendo com que o desenho pareça deformado ou sem uma harmonia ou coordenação.

3ª - Realismo visual: surge entre oito e nove anos e/ou anos seguintes. Há uma preocupação por parte da criança pelas distâncias nos seus desenhos; se preocupam com a relação real entre as linhas que compõem o desenho, faz uma integração de imagem e não mais uma superposição delas.

Os elementos observados nesta segunda fase foram o realismo intelectual e o visual. Isto nos permitiu proceder a uma interpretação do que as crianças de 06 a 10 anos e as que de 08 a 13 anos percebem e concebem do espaço geográfico da sua cidade, revelando em seus desenhos elementos mais concretos e visuais mais marcantes e os mais simbólicos, que referenciam para elas, quem e o que Juazeiro lhes revela como uma cidade que os acolhe e lhes dão sentido de cidadãos urbanos.

Com base nos instrumentos interpretativos, os elementos predominantes do espaço geográfico da cidade, foram a Ponte Presidente Dutra; o Rio São Francisco; a Lagoa do Calú (onde há uma área de lazer da cidade); a Serra da Batateira (localizada no bairro Juazeiro 8) e outros elementos respectivos aos bairros onde as crianças moram ou estudam.

Resultados e Discussão:

O sujeito na sua relação com certo lugar constrói uma relação psicológica com o mesmo, um sentimento de pertencimento de sensações positivas agradáveis, que foi denominada por Tuan (1985) como “topofilia”. Aqui remetemos à territorialidade dos sujeitos ao seu território, no qual se estabelece um elo afetivo entre o ambiente físico e social que circunda o sujeito, ou seja, é criada uma identidade territorial.

Deste modo, as representações gráficas e imaginárias postas nos desenhos das crianças participantes das oficinas do Conviverde nas Escolas, revelaram tão quanto é importante o mapa mental e a prática do desenho com crianças, pois estes instrumentos metodológicos permitem identificar comportamentos, visões e sentidos profundos, que extrapolam o que o docente pode compreender visualmente.

Os desenhos revelaram quais “sentidos do lugar” são mais presentes no imaginário do indivíduo, isto é, quais qualidades subjetivas que os sujeitos dão a seu lugar e que orientam suas práticas sociais. Deste modo, quem é a Juazeiro que se conforma na mente e nos sentimentos das crianças que a tem como seu espaço vivido?

De acordo com os resultados adquiridos nessa pesquisa, foi possível observar que as crianças têm necessidade da presença do verde, em especial das árvores nativas da Caatinga. Poucos elementos destas foram postos nos desenhos, como exemplos, os cactos, que foram postos mais nos desenhos das escolas mais afastadas do centro urbano.

Enfim, as crianças mostraram não ter grande conhecimento da cidade como um todo, desenhando em sua maioria, o bairro e a escola. No que tangenciou como predominante do contexto, a Ponte Presidente Dutra, foi o único ponto de referência mais conhecido. Fato que nos revela tão quanto é importante adentrar a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido na perspectiva da interação urbano-rural, revelando às crianças e adolescentes, alunos do espaço urbano, que o Semiárido é parte de seu espaço vivido, é complexo e multidimensional. Que os elementos da paisagem urbana também têm traços da cultura, do ecossistema semiárido e que, para uma cidade ser sustentável, antes de tudo, deve se reconhecer em sua identidade territorial.

A “Educação Contextualizada para a Convivência” assume um papel imprescindível dentro dos processos constitutivos da proposta político-territorial da “Convivência com o Semiárido” para preparar os sujeitos a compreenderem o ambiente e os fenômenos naturais do Semiárido com vistas ao aproveitamento das suas potencialidades e da construção das novas possibilidades diante das problemáticas encontradas, como reforça Martins e Reis (2004). Para tanto, atuar no campo pedagógico e das aprendizagens fundamentadas na contextualização faz-se um percurso para outro/novo projeto societário para o SAB.

Deste modo, estimular o sujeito a conhecer sua realidade e atuar sobre ela é pôr em evidência um dos pressupostos do pensamento complexo, como afirma Boaventura de Souza Santos (2006) que “todo conhecimento é local e total”. Portanto, é acionar a produção do saber em movimento, problematizando a realidade social, ambiental e outros, presentes no mundo contemporâneo em escala global e identificados no plano local. A percepção do contexto local pelo sujeito necessita ser retomado, uma vez que o sujeito pensa e concebe o mundo a partir de seu local.

O contexto, ao ser entendido como tempo-espaço, faz-se uma referência na qual o sujeito tece seu saber sobre si e sobre o mundo, ou seja, é sua vivência, produzida pelos referencias materiais e imateriais. São por tais fundamentações apresentadas, que a Educação Contextualizada dimensiona o Semiárido como o contexto, pois é dessa mundaneidade que o sujeito constrói sua aprendizagem de ser-no-mundo-com-os-outros. (CARVALHO, 2012).

Pelo Projeto de Pesquisa CONVIVRRDE, a Educação Contextualizada proporcionou motivar os alunos do 2º ao 5º anos das escolas parceiras a reconhecerem sua ‘mundaneidade semiárida’ e, uma vez percebendo e imaginando sua cidade, puderam, pelo menos, em forma de desenhos, expor sentidos, sonhos e ideais, enquanto crianças, sujeitos potenciais que desejam ter o direito à cidade e vislumbrar perspectivas para a produção de sua existência nesse território – o Semiárido Brasileiro.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p:17-56.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Universidade Federal da Paraíba. **Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil**. Brasília (DF), 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/ Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca (PAN-LCD)**. Relatório III Oficina Nacional. Olinda (PE), 22 e 23 de abril de 2004.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Convivência: Novas Territorialidades no Semiárido Brasileiro**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

_____. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e programas ‘convivência com o semiárido’ no território de Juazeiro (Bahia)** / Luzineide Dourado Carvalho. – São Cristóvão, SE, 2010.

FLORIANI, Dimas. **Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais**. Revista Ambiente e Sociedade. Vol. 09 , nº 1 Campinas Jan./Jun. 2006. Disponível em <revista@ambienteesociedade.org.br>. Acesso em 31 ago 2008.

HOLZER, Werten. **O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea**. In: Revista da Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, UFF, Rio de Janeiro, Ano V, nº 10, junho de 2003.

LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. **Desenho Infantil**: In: **Infância e Produção Cultural**. Sonia Kramer e Maria Izabel Ferraz Pereira Leite (Orgs.) - Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Serie Prática Pedagógica).

MARTINS, Josemar da Silva, REIS, Edmerson Santos. **Proposta político-pedagógica da RESAB: A convivência com o semi-árido como norteadora do processo educacional no semiárido brasileiro** (Rascunho-manifesto em andamento). Secretaria Executiva da RESAB, Juazeiro (BA). Anexo 3.Relatório Final da Consultoria COOPERFAJ/UNICEF - 2004.



MORIN, Edgar. O Método I: **A natureza da natureza**; tradução Ilana Heineberg. – Porto Alegre: Porto Alegre: Sulina, 2005. 2ª ed.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia** / Nídia Nacib Pontuschka, Tomoko Iyda Paganelli, Núria Hanglei Cacete. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

RABELLO, Nancy. O desenho infantil: **entenda como a criança se comunica por meio de traços e cores** / Nancy Rabello - 2ª ed. RJ: Wak Editora, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição. Conhecimento prudente para uma vida decente: **Um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006.

TUAN, Yu-Fu. Geografia Humanística. In. Christofolletti, Antonio; (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

